



**Tegma Gestão Logística S.A.**  
e Empresas Controladas  
CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18



**COMENTÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

O exercício de 2022 para a Tegma ficou marcado como mais um ano de grande adaptação. O cenário de dificuldades de suprimentos das indústrias automotiva e eletrodomésticos, em paralelo com grandes oscilações de custos de insumos do transporte, como diesel, demandou uma gigantesca capacidade negociadora e administrativa das lideranças da Companhia no intuito de manter a excelência dos serviços prestados e os margens de rentabilidade exigidos. No entanto, apesar dos esforços, o agravamento das condições fiscais e de inflação atingiu o cenário econômico do país, o que demandou um austero aumento das taxas de juros, requerendo maior criatividade da administração para a continuidade da geração de valor.

A respeito do principal setor de atuação da Companhia, o **automotivo**, o ano de 2022 foi o terceiro consecutivo no qual a crise dos semicondutores foi a manchete mais comum nas matérias especializadas do setor. O primeiro semestre do ano ainda foi impactado pelas restrições nas cadeias de insumos, que se refletiram em paradas de produção, ainda que menos frequentes e mais curtas do que em 2021. A partir do segundo semestre do ano, a melhora dos estoques de semicondutores amenizou o problema para as montadoras. Em contrapartida, simultaneamente a essa normalização da oferta, o aperto monetário conduzido pelo Banco Central do Brasil para combater a inflação ajudou a esfriar a demanda do varejo por veículos. As taxas de juros dos financiamentos automotivos aumentaram e as condições ficaram mais restritivas, como consequência também de um aumento da inadimplência de pessoas físicas. O alento da indústria em 2022 pode ser atribuído, em primeiro lugar, às vendas diretas. Após quase dois anos de restrições para compras, locadoras e empresas foram responsáveis no segundo semestre por mais de 50% do licenciamento nacional. Em segundo lugar, às exportações que cresceram 30%, em função da grande capacidade ociosa da indústria e de acordos comerciais favoráveis, propiciando diversificação de destinos.

O ano de 2022 para a Divisão de **Logística Automotiva** foi positivo mesmo em um cenário de tantas adversidades. A divisão pôde observar um crescimento da quantidade de veículos transportados e uma normalização do *market share* no segundo semestre do ano, em função da atenuação da crise dos semicondutores. Essa normalização foi preponderante para a expansão das margens operacionais da empresa. Além da recuperação dos serviços de transporte, a divisão também pôde observar uma recuperação da demanda pelos serviços logísticos como gestão

de pátios e accessorização para locadoras. O contínuo crescimento da operação de logística de veículos usados se baseia em qualidade e confiabilidade e conta com um amplo leque de serviços além do transporte para locadoras, frostistas, seguradoras, entre outras.

Para a Divisão de **Logística Integrada**, o ano de 2022 foi o quarto ano consecutivo de resultados positivos. Esse desempenho esteve ancorado na operação de logística de químicos, que foi beneficiada pela alta de volumes transportados e armazenados, na esteira do aumento de estoques de clientes que temeram a escassez de insumos. Por outro lado, os volumes e a receita, da operação de eletrodomésticos sofreram em função do ano turbulento vivido pelo varejo nacional. As margens da Divisão também apresentaram expansão, refletindo a maior eficiência de custos e o crescimento da receita.

Outra vertente de negócio que merece destaque no ano de 2022 é a **joint venture GOL**, a operadora logística no Espírito Santo. Em cinco anos desde sua criação, essa operação mais que dobrou sua receita, crescendo em média 23% ao ano. Essa evolução ocorreu em função da expansão da base de clientes que por sua vez estão expostos a dinâmicas de crescimento muito favoráveis. Esse desempenho, aliado à disciplina de custos e despesas, propiciou um importante resultado líquido em 2022 e pagamentos de dividendos recorrentes.

A estratégia pelo aumento da diversificação (orgânica ou inorgânica) da empresa é inspirado por esses exemplos internos (Logística Integrada e GOL) e seguirá pelos mesmos caminhos de expansão baseados em produtividade e não somente em preço, com rigor aos controles e aos custos. Essa estratégia, em linha com nossos padrões de retorno mínimo, representado pelo nosso custo de capital além de um spread de risco, pretende continuar contribuindo com a expansão da criação de riqueza (EVA) da Companhia.

A **estrutura de capital** da empresa, que permanece desalavancada em função da sua alta geração de caixa, foi uma grande aliada em um momento de alta de juros no Brasil, contribuindo com os resultados da Companhia em 2022. A distribuição de proventos permanece em um patamar acima da política indicativa da empresa.

No aspecto **tecnológico**, a empresa permanece com um foco na inovação e sua Corporate Venture tegUP promoveu novas rodadas de desafio voltadas para a resolução de problemas operacionais da logística, que contaram com a

inscrição de 36 empresas. A Rabbot, investida da tegUP, completou seu quarto ano dobrando seu faturamento, aumentando a quantidade de usuários cadastrados em seus sistemas, novas funcionalidades e com mais de 3,8 milhões de veículos gerenciados. Por último e muito importante, a Tegma vem estudando a troca/implantação de um ERP (ou sistema de gestão integrado), visando aumentar a nossa flexibilidade, facilitar nossos controles e melhorar nossa performance, contribuindo para um ambiente ágil e eficiente.

Nos temas relacionados à agenda **ASG (Ambiental, Social e Governança)**, várias iniciativas e reconhecimentos obtidos ao longo do ano de 2022 demonstram o compromisso da Tegma em buscar soluções e tomar atitudes tendo em vista a sustentabilidade. A Tegma recebeu os selos Great Place to Work e FIA-FEEX, com base na avaliação do seu ambiente de trabalho. Ainda no aspecto social, no decorrer do ano, a Tegma realizou seu Censo Populacional como parte de um processo de conscientização e de balizamento para a estratégia de tornar a empresa mais representativa em relação à sociedade. Por fim, no que diz respeito às ações de Governança, a Tegma assinou em maio de 2022 junto ao Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção.

A empresa viveu em meados de 2022 a **troca de seu CEO** e Nivaldo Tava assumiu a empresa em condições que "não podiam ser melhores", em suas próprias palavras. De acordo com Nivaldo, o maior desafio da sua gestão é manter a empresa nos trilhos que a conduziram ao estágio de maturidade atual, com extrema responsabilidade para com seus colaboradores e fornecedores, seus clientes e seus acionistas, além de "expandir as atuações da Tegma com suas expertises atuais da empresa permitam a criação de valor".

Embora a demanda do setor automotivo, em especial do varejo, ainda demonstre sinais de incerteza frente a fatores macroeconômicos adversos, a iminente chegada de importantes players estrangeiros traz a confiança na indústria e no país. Nossos resultados positivos aliados à disciplina na gestão de custos, despesas e investimentos nos mantêm confiantes no crescimento de forma responsável e sustentável, na constante busca por inovação e excelência operacional.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	131.031	99.935	190.299	147.128
Contas a receber de clientes	6	268.382	216.810	314.053	302.669
Estoques (almoxxarifado)		500	539	1.004	1.251
Imposto de renda e contribuição social	17	987	252	2.263	1.157
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.182	30.561	24.726	43.369
Demais contas a receber	8	9.053	7.460	15.269	8.891
Dividendos a receber		-	663	-	-
Partes relacionadas	26	949	2.426	181	94
Despesas antecipadas		4.332	1.907	4.922	2.620
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>417.416</b>	<b>360.553</b>	<b>552.717</b>	<b>507.179</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Demais contas a receber	8	25	-	1.485	1.461
Imposto de renda e contribuição social	17	13.842	12.919	13.842	12.919
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.517	6.411	19.812	9.705
Partes relacionadas	26	1.115	1.115	1.115	1.115
Títulos e valores mobiliários	26	-	-	-	3.636
Ativo fiscal diferido	17	-	-	5.654	9.259
Depósitos judiciais	16	15.914	15.430	18.781	18.172
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>32.413</b>	<b>35.875</b>	<b>60.689</b>	<b>56.267</b>
Investimentos	9	300.704	307.899	47.950	40.073
Imobilizado	10	107.896	88.706	225.154	206.881
Intangível	11	168.995	165.966	176.104	172.552
Direito de uso	13	52.813	53.522	48.466	61.825
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>662.821</b>	<b>651.968</b>	<b>958.363</b>	<b>937.599</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.080.237</b>	<b>1.012.521</b>	<b>1.511.080</b>	<b>1.044.778</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	59.172	63.886	59.172	63.886
Arrendamento	13	26.955	27.981	33.050	30.845
Fornecedores		15.618	3.481	18.017	7.538
Fretes a pagar		25.510	36.304	31.389	40.300
Tributos a recolher	14	17.898	13.970	21.043	16.183
Salários e encargos sociais	15	23.544	21.173	26.361	24.456
Demais contas a pagar	18	28.310	23.556	39.126	27.057
Partes relacionadas	26	1.546	412	806	141
Imposto de renda e contribuição social	17	8.952	7.147	11.401	9.324
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>207.545</b>	<b>197.910</b>	<b>240.365</b>	<b>219.730</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	42.568	65.000	42.568	65.000
Arrendamento	13	30.674	32.059	20.513	38.882
Partes relacionadas	26	504	532	524	551
Passivo fiscal diferido	17	5.404	5.572	8.975	5.572
Provisões para demandas judiciais	16	24.627	27.802	28.382	30.830
Passivo atuarial		2.726	2.912	2.726	2.912
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>106.503</b>	<b>133.877</b>	<b>103.588</b>	<b>143.747</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>314.048</b>	<b>331.787</b>	<b>343.953</b>	<b>363.477</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	19				
Capital social		318.524	318.524	318.524	318.524
Reservas de lucros		410.601	342.489	410.601	342.489
Ações em tesouraria		(343)	(342)	(343)	(342)
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.156)	(2.276)	(2.156)	(2.276)
Dividendos adicionais propostos		39.563	22.339	39.563	22.339
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>766.189</b>	<b>680.734</b>	<b>766.189</b>	<b>680.734</b>
Participação dos não controladores		-	-	338	567
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>766.189</b>	<b>680.734</b>	<b>767.127</b>	<b>681.301</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.080.237</b>	<b>1.012.521</b>	<b>1.511.080</b>	<b>1.044.778</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
da controladora e do consolidado  
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Receita líquida dos serviços prestados	21	1.128.360	825.248	1.370.509	1.007.343
Custo dos serviços prestados	22	(906.495)	(671.728)	(1.095.830)	(819.405)
<b>Lucro bruto</b>		<b>221.865</b>	<b>153.520</b>	<b>274.679</b>	<b>187.938</b>
Despesas gerais e administrativas	22	(80.718)	(75.599)	(82.464)	(76.483)
Despesas comerciais	22	(515)	(603)	(1.815)	(1.266)
(Perda) ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	22	(215)	(874)	(407)	(1.139)
Outras receitas operacionais líquidas	23	(4.540)	2.643	616	9.116
<b>Lucro operacional</b>		<b>135.877</b>	<b>79.187</b>	<b>190.609</b>	<b>118.166</b>
Resultados de equivalência patrimonial	9	56.431	40.662	10.573	9.243
<b>Resultado financeiro</b>	24				
Receitas financeiras		14.827	12.053	28.703	18.260
Despesas financeiras		(18.899)	(20.488)	(21.990)	(21.283)
		(4.072)	(8.435)	6.713	(3.023)
<b>Total do lucro líquido</b>		<b>187.808</b>	<b>60.752</b>	<b>217.322</b>	<b>112.143</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>188.236</b>	<b>111.414</b>	<b>207.895</b>	<b>120.381</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	17				
Corrente		(29.171)	3.163	(42.882)	(5.456)
Diferido		231	(6.484)	(5.349)	(11.145)
		(28.940)	(3.321)	(48.231)	(16.601)
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(28.940)</b>	<b>(3.321)</b>	<b>(48.231)</b>	<b>(16.601)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>159.296</b>	<b>108.093</b>	<b>159.664</b>	<b>103.780</b>
<b>Atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores		-	-	159.296	108.093
Acionistas não controladores		-	-	368	(308)
		-	-	<b>159.664</b>	<b>107.785</b>
<b>Lucro líquido por ação:</b>	25				
Lucro por ação - básico (em Reais)		-	-	2,42	1,64
Lucro por ação - diluído (em Reais)		-	-	2,42	1,64

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
da controladora e do consolidado  
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Saldo em 1º de janeiro de 2021		318.524	(342)	32.575	58.238
Reservas de lucros					
Reserva de incentivos fiscais				15.485	(15.485)
Retenção de lucros				64.864	(70.259)
Lucros acumulados				(39.275)	(22.339)
Ajuste de avaliação patrimonial				-	22.339
Dividendos adicionais propostos				-	(39.275)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>318.524</b>	<b>(342)</b>	<b>37.980</b>	<b>73.723</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2021		318.524	(342)	37.980	73.723
Saldo em 1º de janeiro de 2022		318.524	(342)	37.980	73.723
Resultados abrangentes					
Constituição de passivo atuarial					186
Tributos diferidos sobre passivo atuarial					(63)
Pagamento de dividendos adicionais					(22.339)
Incentivos fiscais				21.298	(21.298)
Constituição de reservas				7.965	90.473
Dividendos e juros sobre capital próprio				(51.624)	(39.563)
Transação de capital				3	(1)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>318.524</b>	<b>(342)</b>	<b>45.945</b>	<b>95.021</b>
Reservas de lucros					
Reserva de incentivos fiscais				15.485	(15.485)
Retenção de lucros				64.864	(70.259)
Lucros acumulados				(39.275)	(22.339)
Ajuste de avaliação patrimonial				-	22.339
Dividendos adicionais propostos				-	(39.275)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>318.524</b>	<b>(342)</b>	<b>37.980</b>	<b>73.723</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2022		318.524	(342)	45.945	95.021

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**  
Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Tegma Gestão Logística S.A. ("Controladora") e suas empresas Controladas ("Companhia") têm entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químicos e eletrodomésticos. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, registrada no segmento suficiente do mercado de ações da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação TGMAS3, e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no seu Estatuto Social. A Companhia é composta por duas divisões: logística automotiva e logística integrada. Os serviços da Companhia na divisão de logística automotiva compreendem:

- **Transporte rodoviário:** Transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados; e Transferências portuárias para venda.
- **Serviços Logísticos:** Gestão de estoques e de pátios de montadoras de veículos; e Serviços de preparação de veículos para venda.

Os serviços da Companhia na divisão de logística integrada compreendem:

- **Transporte rodoviário:** *milk run* (sistema de coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte do operador logístico, para realizar as coletas em dois ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino final, sempre em horários pré-estabelecidos); *full truck load* (o tipo de carga homogênea, geralmente com volume suficiente para preencher completamente uma câmara ou o baú de um caminhão); transferência de grandes sólidos/líquidos e de peças entre as plantas dos clientes e fornecedores;
- **Armazenagem geral e alfândega:** englobando armazenagem e gestão de peças e componentes, *cross docking* (sistema de distribuição no qual a mercadoria recebida, em um armazém ou Centro de Distribuição, não é estocada mas sim imediatamente preparada para o carregamento da entrega), *picking* ou separação e preparação de pedidos (na recolha em armazém de certos produtos, podendo ser diferentes em categoria e quantidades, face a pedido de um cliente, de forma a satisfazer o mesmo), manuseio e preparação, armazenagem de grãos químicos líquidos e sólidos, armazenagem *in-house* (na estrutura do cliente), armazenagem de veículos e armazenagem alfandegada dentro de estruturas adequadas à legislação de entrepostos aduaneiros (por meio da *joint venture* GOL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A.);
- **Gestão logística:** envolvendo controle de estoques, abastecimento de linha de produção *just in time*, gestão de embalagens retornáveis, gestão de peças e componentes, gerenciamento de estoque de mercadorias nacionais e importadas e logística reversa.

**2. Relação de entidades controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto:** A Companhia possui os seguintes investimentos:

	Participação	Relacionamento
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Tegma Cargas Especiais Ltda. ("TCE")	100%	Controladora direta
Tegma Logística de Armazéns Ltda. ("TLA")	100%	Controladora direta
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. ("Tegmax")	100%	Controladora direta
Tegma Logística de Veículos Ltda. ("TL		



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração na norma IAS 16/ CPC 27 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso.
- Melhorias aos ciclos IFRS: Alterações nas normas IFRS 1/ CPC 43, abordando aspectos de adição em controlada; Alterações na norma IFRS 9/ CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16/ CPC 06, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41/ CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo.
- Alteração na norma IFRS 3/ CPC 15 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS.

**a. Principais políticas contábeis, bem como a mensuração de estimativas não sofreram alterações significativas.**  
**a. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As normas alteradas e interpretações citadas a seguir, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas.

- Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração".
- Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação.
- Alteração na norma IFRS 17/ CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, estabelecendo os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4/ CPC 11 - Contratos de Seguro.
- Alteração na norma IFRS 10/ CPC 36 - R3 e IAS 28/ CPC 18 - R2 - tratam situações entre investidor, coligadas ou joint venture, ganhos e perdas resultantes na perda de controle, na renunciação de investimento entre outros aspectos relacionados.
- Alteração na norma IAS 1/ CPC 26 - R1 - divulgação de políticas contábeis referente a julgamento da materialidade, alterando o requerimento para divulgação políticas contábeis significativas para políticas contábeis relevantes.
- Alteração na norma IAS 1/ CPC 26 - R1 - Alteração classificação de passivos como circulante ou não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante.

**b. Base de consolidação**

**(i) Controladas e investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordos de acionistas, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 2 - Relação de entidades controladas - e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da GLD Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GLD") considerada como empreendimento controlado em conjunto que têm seus resultados considerados nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas através do método da equivalência patrimonial. Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão apresentados na nota explicativa nº 9 - Investimentos.

**(ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**c. Moeda estrangeira**

**(i) Transações em moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas decorrentes da liquidação de transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e demais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

**d. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas Controladas se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio de clientes (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial, ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas Controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado; - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo pelo método do resultado (VJR) - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas Controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e suas Controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: - as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantém aquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transações de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas para a avaliação do modelo de negócio com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas Controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas Controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas Controladas consideram - eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - os termos que limitam o acesso à Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e de juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota para derivativos designados como instrumentos de hedge.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

**Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**  
**Ativos financeiros:** A Companhia e suas Controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas Controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas Controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos os substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

**Passivos financeiros:** A Companhia e suas Controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas Controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil existente e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas Controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma única data ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém instrumento financeiro derivativo de hedge financeiro para proteção a exposição de risco de taxa de câmbio. Esse instrumento financeiro derivativo foi reconhecido inicialmente pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, remensurado pelo valor justo periodicamente, sendo registrados separadamente o objeto de hedge e o instrumento financeiro derivativo. Estes contratos possuem os mesmos prazos. No início da operação o objeto de hedge e o instrumento financeiro derivativo foram documentados conforme a seguir: (a) objetivo e descrição do hedge; (b) a identificação do objeto de hedge e a natureza dos riscos protegidos; (c) identificação do instrumento financeiro; (d) índice de cobertura; (e) demonstração da efetividade prospectiva. Desse modo foram categorizados e registrados seguindo os critérios de contabilização de hedge. A Companhia possui uma única operação com instrumento financeiro derivativo e enquadrada-se na classificação de hedge de fluxo de caixa, desse modo seu valor justo foi registrado em outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

**a. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**f. Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia e suas Controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPC aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

**4. Gestão de risco financeiro:** A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, sendo avaliadas e definidas estratégias de proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

**a. Risco de mercado - Taxa de câmbio:** O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos em operações com moedas estrangeiras da moeda funcional. No início de 2020, a Companhia obteve linha de crédito concedida sob os benefícios da Lei 4.131, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

**b. Risco de mercado - Taxa básica de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos circulantes e não circulantes. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de variação de taxa de juros e seu impacto sobre o fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. O risco de taxa de juros da Companhia é representado pela exposição à variação do certificado de depósito interbancário (CDI) e a taxa básica de juros Selic. A seguir está demonstrada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à essas variáveis:

	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	
Empréstimos e financiamentos	12	(101.740)	(128.886)	(101.740)	(128.886)
Aplicações financeiras	5	129.953	99.276	188.735	145.942
<b>Exposição líquida</b>	<b>28.213</b>	<b>(25.611)</b>	<b>86.995</b>	<b>17.056</b>	

**c. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades independentes classificadas com "rating" mínimo "A" na escala das agências Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's. As aplicações são distribuídas entre as diversas instituições bancárias, evitando a concentração superior a 30% do caixa em cada uma delas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. As práticas de gestão de risco de crédito incluindo métodos e premissas estão descritas nas notas explicativas nº 5 e 6. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A exposição da Companhia está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	
Caixa e equivalentes de caixa	5	131.031	99.935	190.299	147.128
Contas a receber de clientes	6	268.382	216.810	314.053	302.669
<b>399.413</b>	<b>317.745</b>	<b>504.352</b>	<b>449.797</b>		

**d. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e consolidada pela tesouraria. Através dessa previsão, a tesouraria monitora a disponibilidade de caixa para atender as necessidades operacionais e financeiras da Companhia, mantendo e contratando linhas de crédito disponíveis em níveis adequados. O caixa é investido em operações financeiras conservadoras e com liquidez de curtíssimo prazo para fazer face às previsões acima mencionadas. A tabela a seguir ilustra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são fluxos de caixas não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Controladora		Consolidado			
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos do 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	12	101.740	115.041	69.133	15.549	30.359
Arrendamento	13	57.669	61.927	29.648	16.390	8.632
Fornecedores e fretes a pagar	18	41.128	41.128	-	-	-
Demais contas a pagar	18	28.310	28.310	-	-	-
Partes relacionadas	26	2.050	2,050	1,546	504	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>230.897</b>	<b>248.456</b>	<b>169.765</b>	<b>32.443</b>	<b>38.991</b>	

	Controladora		Consolidado			
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos do 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	12	128.886	142.462	70.190	61.774	10.498
Arrendamento	13	60.040	61.198	30.637	23.799	6.762
Fornecedores e fretes a pagar	18	39.795	39.795	-	-	-
Demais contas a pagar	18	23.556	23.556	-	-	-
Partes relacionadas	26	944	944	412	532	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>253.211</b>	<b>267.945</b>	<b>164.580</b>	<b>86.105</b>	<b>17.260</b>	

	Controladora		Consolidado			
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos do 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	12	101.740	115.041	69.133	15.549	30.359
Arrendamento	13	53.563	57.969	36.464	10.877	10.628
Fornecedores e fretes a pagar	18	49.406	49.406	-	-	-
Demais contas a pagar	18	39.126	39.126	-	-	-
Partes relacionadas	26	1.330	1.330	806	524	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>245.165</b>	<b>262.872</b>	<b>191.558</b>	<b>30.374</b>	<b>40.987</b>	

**e. Análise de sensibilidade:** O quadro a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, considerando que tanto o valor aplicado quanto todas as dívidas da Companhia (empréstimos, financiamentos e debêntures) estão indexadas ao CDI (13,05% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 15% a.a. em 31 de dezembro de 2021) e a Selic (13,75% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 9,25% em dezembro de 2021). De acordo com a avaliação efetuada pela Administração o cenário mais provável (Cenário I) apresenta o impacto anual considerando a manutenção do CDI e da Selic. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar os impactos de um aumento de 25% e 50% nas variáveis de risco consideradas. São eles os Cenários II e III, respectivamente. Dessa forma, para essa análise, consideramos para o cálculo do risco de exposição líquida um aumento do passivo, ou seja, apreciativo do CDI e da Selic. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido com base no CDI e na Selic dos cenários apresentados em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável (I)	Cenário (II) - 25%	Cenário (III) - 50%	Cenário Provável (I)	Cenário (II) - 25%	Cenário (III) - 50%
Aplicações Financeiras	17.975	22.468	28.962	25.007	32.539	39.011
<b>RECEITAS</b>	<b>17.975</b>	<b>22.468</b>	<b>28.962</b>	<b>25.007</b>	<b>32.500</b>	<b>39.011</b>
NCC Bradesco	(3.063)	(3.770)	(4.477)	(3.063)	(3.770)	(4.477)
Finame BNDDES	(5.003)	(6.131)	(7.259)	(5.003)	(6.131)	(7.259)
4131 Santander	(6.998)	(8.462)	(9.926)	(6.998)	(8.462)	(9.926)
CCB Safra	(880)	(1.062)	(1.243)	(880)	(1.062)	(1.243)
<b>Despesas</b>	<b>(15.944)</b>	<b>(19.425)</b>	<b>(22.905)</b>	<b>(15.944)</b>	<b>(19.425)</b>	<b>(22.905)</b>
<b>Efeito líquido no resultado e no Patrimônio Líquido</b>	<b>2.031</b>	<b>3.043</b>	<b>4.057</b>	<b>10.063</b>	<b>13.084</b>	<b>16.106</b>

**f. Gestão de capital:** A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Já o capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida, conforme segue:

	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	
Empréstimos e financiamentos	12	101.740	128.886	101.740	128.886
Caixa e equivalentes de caixa	5	(131.031)	(99.935)	(190.299)	(147.128)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(29.291)</b>	<b>(28.951)</b>	<b>(88.559)</b>	<b>(18.242)</b>	
Total do patrimônio líquido		766.189	880.734	767.127	681.301
<b>Total das fontes de capital</b>	<b>736.898</b>	<b>709.685</b>	<b>678.566</b>	<b>663.059</b>	
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>(4,0%)</b>	<b>4,1%</b>	<b>(13,1%)</b>	<b>(2,8%)</b>	

**g. Classificação dos instrumentos financeiros:** O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabeleça uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2:** Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.
- Nível 3:** Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

A metodologia aplicada para cálculo do valor justo é levar a valor futuro pela curva do CDI ou Selic, considerando o percentual do indexador contratado e depois trazer a valor presente descontando por 100% da taxa do CDI ou Selic, já quando há operações de moeda estrangeira levar a valor futuro pela taxa pré-contratada e trazer a valor presente descontando pela curva do cupom cambial (diferencial da taxa de juros interna e da variação cambial projetada) a partir da taxa do dólar PTAX de venda do dia (tít anterior à data base do cálculo (conhecido no mercado financeiro como "Cupom Sujo"). A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Valor	2022	2021	2022	2021
Hierarquia	Justo	a valor justo	Contábil	Justo a valor justo
<b>Notas</b>	<b>Contábil</b>	<b>Justo</b>	<b>Contábil</b>	<b>Justo a valor justo</b>

**Ativos**  
**Valor justo por meio do resultado**  
Aplicações financeiras 5 129.953 129.953 Nível 1 99.276 99.276 Nível 1

**Ativos pelo custo amortizado**  
Recursos em bancos e em caixa 5 1.078 1.078 Nível 1 659 659 Nível 1  
Contas a receber de clientes 6 268.382 268.382 Nível 2 216.810 216.810 Nível 2  
Partes relacionadas 26 2.064 2.064 Nível 2 3.541 3.541 Nível 2  
Demais contas a receber 8 598 598 Nível 2 299 299 Nível 2

**Passivos**  
**Passivos pelo custo amortizado**  
Empréstimos e financiamentos 12 (101.740) (105.617) Nível 2 (128.886) (131.522) Nível 2  
Arrendamento 13 (57.669) (57.669) Nível 3 (60.040) (60.040) Nível 3  
Fornecedores e fretes a pagar 18 (41.128) (41.128) Nível 2 (39.





**Tegma Gestão Logística S.A.**  
e Empresas Controladas  
CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**  
Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue movimentação do passivo de arrendamento para o exercício:

	2022				2021			
	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>58.795</b>	<b>1.233</b>	<b>12</b>	<b>60.040</b>	<b>61.556</b>	<b>894</b>	<b>255</b>	<b>62.705</b>
Adições	27.866	127	-	27.993	24.853	1.398	-	26.255
Baixas	-	-	-	-	(466)	-	-	(466)
Juros apropriados (i)	5.562	64	(12)	5.614	4.788	56	6	4.830
Pagamento do principal	(29.637)	(704)	-	(30.341)	(26.669)	(1.063)	(247)	(27.979)
Pagamento de juros	(5.536)	(101)	-	(5.637)	(5.246)	(53)	(6)	(5.305)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>57.050</b>	<b>619</b>	<b>-</b>	<b>57.669</b>	<b>58.796</b>	<b>1.232</b>	<b>12</b>	<b>60.040</b>
Circulante	26.376	619	-	26.995	27.319	651	-	27.981
Não circulante	30.674	-	-	30.674	31.477	581	-	32.058
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>57.050</b>	<b>619</b>	<b>-</b>	<b>57.669</b>	<b>58.796</b>	<b>1.232</b>	<b>11</b>	<b>60.040</b>
Saldo com terceiros	28.486	619	-	29.085	43.011	1.233	-	44.255
Saldo com partes relacionadas (ii)	28.584	-	-	28.584	15.785	-	-	15.785
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>57.050</b>	<b>619</b>	<b>-</b>	<b>57.669</b>	<b>58.796</b>	<b>1.233</b>	<b>11</b>	<b>60.040</b>

Abaixo segue a movimentação para o exercício:

	2022			2021		
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro</b>	<b>14.546</b>	<b>13.256</b>	<b>27.802</b>	<b>11.533</b>	<b>18.618</b>	<b>30.151</b>
Constituição	984	5.422	6.406	759	2.938	3.697
Constituição INSS FAP	666	-	666	4.000	-	4.000
Demandas judiciais a pagar	-	(578)	(578)	-	-	-
Baixa por depósito judicial	(837)	-	(837)	(504)	-	(504)
Pagamento	(2.199)	(7.127)	(9.326)	(1.242)	(8.300)	(9.542)
Outros (i)	-	494	494	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>13.160</b>	<b>11.467</b>	<b>24.627</b>	<b>14.546</b>	<b>13.256</b>	<b>27.802</b>

	2022			2021		
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Total	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro</b>	<b>16.508</b>	<b>14.321</b>	<b>30.830</b>	<b>14.353</b>	<b>19.524</b>	<b>33.878</b>
Constituição	1.366	9	5.437	1.139	241	3.101
Constituição INSS FAP	1.433	-	1.433	4.000	-	4.000
Demandas judiciais a pagar	(105)	-	(578)	-	-	(13)
Baixa por depósito judicial	(1.380)	-	(1.380)	(905)	-	(905)
Pagamento	(2.430)	-	(7.141)	(2.078)	(240)	(8.293)
Outros (i)	335	(5)	494	824	-	824
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>15.727</b>	<b>5</b>	<b>28.265</b>	<b>16.509</b>	<b>2</b>	<b>14.319</b>

**Perdas possíveis não provisionadas no balanço:** A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda possível classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Trabalhistas e previdenciárias	21.906	21.861	25.277	23.380
Tributárias	49.916	30.877	52.778	36.165
Cíveis	9.719	12.042	9.960	12.216
<b>Total</b>	<b>81.541</b>	<b>64.780</b>	<b>88.015</b>	<b>71.761</b>

**a. Trabalhistas e previdenciárias:** Referem-se principalmente, a casos relacionados com operações descontinuadas, bem como casos em que a Companhia responde solidariamente com prestadores de serviços terceirizados.  
**b. Tributárias:** As principais naturezas das discussões tributárias são:  
• Questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ISS e ICMS; e  
• Questionamentos relativos a origem de créditos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS utilizados para compensações de débitos tributários.

A principal demanda decorre de parte de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP através de autos de infração emitidos entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2022 o montante atualizado dessa parcela da demanda é R\$ 7.571 (R\$ 9.068 em 31 de dezembro de 2021). Em setembro de 2022, a Companhia realizou uma revisão do cálculo de atualização dos valores discutidos, razão pela qual houve uma diminuição parcial dos valores divulgados. Tal valor tem como base apenas a receita auferida pela filial de Mauá/SP e não a receita equivocadamente arbitrada pela fiscalização.

**c. Cíveis:** As principais ações indenizatórias correspondem a danos materiais, morais e pensionamento em virtude de acidentes de trânsito, envolvendo transportadoras subcontratadas pela Companhia.

**Perdas remotas não provisionadas no balanço:** A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda remota classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Trabalhistas e previdenciárias	15.618	17.359	16.194	18.486
Tributárias	610.886	578.169	615.158	581.127
Cíveis	2.888	5.904	3.338	6.328
<b>Total</b>	<b>629.392</b>	<b>601.432</b>	<b>634.690</b>	<b>605.941</b>

As principais demandas são:

- A principal demanda na esfera tributária decorre de parcela de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP conforme citado acima, com valor total de R\$ 553.637 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 545.498 em 31 de dezembro de 2021), no qual o município considerou de forma equivocada a receita bruta total auferida pela Companhia, e não somente a da filial de Mauá/SP que deveria ser a base da respectiva fiscalização. Neste contexto, com base no parecer dos advogados, a Companhia considera como perda remota o valor de R\$ 556.066 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 536.430 em 31 de dezembro de 2021). Em fevereiro de 2018, a defesa da Companhia foi apresentada na esfera administrativa e toda a documentação suporte adicional foi disponibilizada ao município. Em 04 de julho de 2019, a Secretaria de Finanças do município solicitou informações adicionais, as quais foram disponibilizadas em 15 de agosto de 2019. Em agosto de 2021, a Companhia tomou ciência da decisão de 1ª instância que manteve integralmente os valores dos autos de infração. A Companhia apresentou os respectivos recursos administrativos em conjunto com um extenso relatório probatório de todas as receitas auferidas por cada filial durante o período fiscalizado com a finalidade de afastar o arbitramento sobre sua receita bruta. Em setembro de 2022, a Companhia realizou uma revisão do cálculo de atualização dos valores discutidos, razão pela qual houve uma diminuição parcial dos valores divulgados. Atualmente, a Companhia aguarda o julgamento desses recursos pela segunda instância administrativa do Município de Mauá.
- Em dezembro de 2017, a Companhia identificou com o apoio de especialistas independentes, oportunidades tributárias referentes a créditos de PIS e COFINS sobre os gastos incorridos na subcontratação de empresa de transporte e itens do imobilizado aos últimos 5 anos de operações. A Companhia realizou a retificação de suas Declarações de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCTF) com a finalidade de alocar esses valores de créditos de PIS e COFINS. Durante o ano de 2018, a Companhia e sua controlada TCE receberam despachos decisórios da Receita Federal de Brasília referentes à não homologação das compensações de débitos tributários dos respectivos créditos. Importante mencionar que não houve questionamento do mérito da origem do crédito, mas sim uma discrepância entre cruzamento de obrigações acessórias. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade na esfera administrativa no decorrer do exercício de 2018. Os assessores da Companhia classificaram as chances de perda como "remota". O valor na Controladora é R\$ 43.768 e no Consolidado R\$ 46.976 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 40.438 na Controladora e R\$ 43.397 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2021).

**Outros temas**

- **Terço constitucional de férias:** O Supremo Tribunal Federal - STF finalizou, em 28/08/2020, o julgamento do Recurso Extraordinário 1.072.485/PR (Tema 985 da Repercurso Geral) que considerou constitucional a incidência da contribuição previdenciária patronal (em regra, de 20%) sobre os valores pagos aos empregados a título de terço constitucional de férias. Com base nessa decisão, a Companhia realizou o depósito judicial do valor não recolhido da contribuição no passado em sua ação própria com a finalidade de aguardar a modulação dos efeitos do julgamento do STF, decorrente de pedido realizado em sede embargos de declaração ainda pendente de julgamento.
- **Contribuição sobre salário maternidade:** A Companhia possui ação judicial, com ingresso em 2005, para fins de garantir o seu direito de não recolhimento da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de salário maternidade à suas funcionárias. Com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2020, do processo com repercussão geral sobre o tema favorável ao contribuinte, a Companhia obteve muito possivelmente julgamento favorável em seu próprio processo. Dessa forma, a Companhia poderá, a partir do trânsito em julgado favorável em sua ação, realizar a restituição e/ou compensações tributárias dos valores pagos dessa contribuição no passado. Esses valores estão sendo levantados pela Companhia com base em documentos comprobatórios próprios de declarações e recolhimentos.
- **Busca e apreensão - Operação Pacto:** No dia 17 de outubro de 2019 a Companhia foi alvo de mandado de busca e apreensão de dados e documentos autorizada pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo, em virtude de investigação que, até então, não era do conhecimento da Companhia, e que foi iniciada por um "Acordo de Leniência Patial" firmado por uma das empresas concorrentes da Tegma no mercado de transporte de veículos zero quilômetro. A investigação visa apurar suposta ação concertada no transporte de veículos zero quilômetro importados para um cliente da Companhia, do porta de Vitória à Estação Aduaneira do Interior, operação essa encerrada pela empresa em 2015, e que já naquela época representava um volume material frente às receitas para a Companhia. A busca e apreensão em nada afetou as operações da Companhia. Em função dos eventos descritos, o Conselho de Administração determinou, em reunião do dia 01 de novembro de 2019, a constituição de um Comitê Independente, composto por três membros e assessorado por escritórios especializados, para conduzir uma investigação profunda e metódica dos fatos atribuídos à Companhia, objeto da documentação constante do Acordo de Leniência que deu origem à busca e apreensão mencionada. Em 30 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia recebeu o relatório e parecer final da investigação, o qual concluiu que não há evidências de práticas anticompetitivas, tampouco de qualquer ilícito capaz de sustentar as acusações que deram origem à Operação Pacto. Em setembro de 2022, foi oferecida denúncia na referida Operação. Nenhum dos denunciados integra o quadro de colaboradores da Companhia e nem tampouco houve determinação de qualquer medida patrimonial em face da Tegma. Com relação ao CADE, não houve qualquer evolução no processo, tendo havido apenas a prorrogação do prazo do Inquérito.
- **Homologação Parcial das Compensações realizadas com créditos de PIS e COFINS:** Em fevereiro de 2023, antes da conclusão dessas demonstrações contábeis, a Companhia tomou conhecimento de despacho decisório da Receita Federal que não homologou parte das compensações tributárias realizadas com créditos de PIS e COFINS provenientes da ação judicial, já transitada em julgado, que garantiu o direito de excluir o ICMS das suas respectivas bases de cálculo. Do valor do crédito utilizado de R\$ 103.406 em compensações com débitos tributários, reconhecido nos exercícios de 2019 e 2020, não foram homologados R\$ 17.182, já com incidência de multa e juros. A Companhia apresentou tempestiva defesa contra esse despacho decisório. Os assessores jurídicos da Companhia classificam como possíveis as chances de perda. Os valores já estão incluídos nos montantes de causas possíveis em 2022, por se tratarem de créditos já utilizados para compensações de débitos tributários em exercícios anteriores.

**17. Imposto de renda e contribuição social**

**Política contábil**

**Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, está limitada a 30% do lucro real do exercício.

**Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, e base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em promessas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, por provisão, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os saldos de imposto de renda e contribuição social no balanço patrimonial são:

	Controladora		Consolidado			
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021		
<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	
Impostos de renda pessoa jurídica (IRPJ)	11.165	(6.293)	9.751	(5.024)	11.693	(7.969)
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	3.664	(2.659)	3.420	(2.123)	3.490	(3.432)
<b>Total</b>	<b>14.829</b>	<b>(8.952)</b>	<b>13.171</b>	<b>(7.147)</b>	<b>15.183</b>	<b>(11.401)</b>
Circulante	987	(8.952)	2.177	(7.147)	2.263	(11.401)
Não circulante (i)	13.842	-	12.919	-	13.842	-
<b>Total</b>	<b>14.829</b>	<b>(8.952)</b>	<b>13.171</b>	<b>(7.147)</b>	<b>15.183</b>	<b>(11.401)</b>

(i) Em setembro de 2021, o Plenário do STF encerrou o julgamento virtual do Recurso Extraordinário nº 1.063.187 favoravelmente aos interesses dos contribuintes ao considerar inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sob os valores de taxa básica de juros (SELIC) recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Controladora possui ação própria sobre essa matéria, ainda sem decisão definitiva e atrelada ao julgamento no STF. Sobre esse tema, a Controladora possui valores envolvidos que podem ser recuperados, especialmente no que se refere à tributação pelo IRPJ e CSLL, ocorrida em 2019, sobre a atualização dos valores de créditos PIS e COFINS reconhecidos, provenientes do trânsito em julgado de sua ação de repetição decorrente da exclusão do ICMS de suas respectivas bases de cálculo, conforme mencionado na nota explicativa nº 7 item (i). Com base no resultado do julgamento, a Controladora reconheceu em seu balanço de 30 de setembro de 2021 o montante de R\$ 12.919, em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$ 13.842.

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	188.236	111.414	207.895	124.386
Alíquota nominal combinada imposto sobre o lucro líquido	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto sobre o lucro líquido</b>	<b>(64.000)</b>	<b>(37.881)</b>	<b>(70.684)</b>	<b>(42.291)</b>
<b>Diferenças permanentes</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	19.187	13.825	3.595	3.143
Incentivos fiscais	7.242	5.296	8.019	5.828
Juros sobre capital próprio	6.231	4.404	6.231	4.404
Outras (i)	2.400	11.035	4.608	12.315
<b>Total</b>	<b>35.600</b>	<b>34.560</b>	<b>22.453</b>	<b>25.690</b>
<b>Imposto sobre o lucro líquido e contribuição social no resultado</b>	<b>(28.940)</b>	<b>(3.321)</b>	<b>(48.231)</b>	<b>(16.601)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(29.171)	3.163	(42.882)	(5.456)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	231	(6.484)	(5.349)	(11.145)
<b>Total</b>	<b>(28.940)</b>	<b>(3.321)</b>	<b>(48.231)</b>	<b>(16.601)</b>

**Alíquota efetiva**  
(i) Incluir em 2021, R\$ 12.919 em virtude de decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que deliberou sobre a não incidência de imposto de renda e contribuição social correntes sobre a atualização monetária dos créditos reconhecidos relativos a créditos extemporâneos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e do COFINS  
A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15,4%	3,0%	23,2%	13,3%

**Prejuízos fiscais**  
Imposto de renda com prejuízos fiscais  
Base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Imposto de renda com prejuízos fiscais	-	-	4.751	7.620
Base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	2.189	2.826
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.940</b>	<b>10.476</b>

**Diferenças temporárias ativas**  
Provisões para PLR e gratificação  
Provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD)  
Provisões para demandas judiciais  
Provisões para fretes a pagar  
Provisão de pedágios a pagar  
Provisão cut-off  
Passivo atuarial  
Outras (i)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Provisões para PLR e gratificação	2.710	2.709	2.860	2.854
Provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	271	284	336	301
Provisões para demandas judiciais	8.373	9.453	9.494	10.483
Provisões para fretes a pagar	544	318	1.044	511
Provisão de pedágios a pagar	111	652	185	724
Provisão cut-off	7.166	1.136	8.343	1.136
Passivo atuarial	262	990	262	990
Outras (i)	3.154	6.339	3.519	7.899
<b>Total</b>	<b>22.591</b>	<b>21.881</b>	<b>26.043</b>	<b>24.898</b>

**Diferenças temporárias passivas**  
Amortização de ágio fiscal (ii)  
Diferença de taxa de depreciação (iii)  
Outras

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Amortização de ágio fiscal (ii)	(20.459)	(20.459)	(20.459)	(20.459)
Diferença de taxa de depreciação (iii)	(6.130)	(5.788)	(8.807)	(7.960)
Outras	(1.406)	(1.206)	(6.338)	(3.268)
<b>Total</b>	<b>(27.995)</b>	<b>(27.453)</b>	<b>(36.204)</b>	<b>(31.687)</b>

(i) Em setembro de 2022 o montante de R\$ 1.495 foi acrescido ao consolidado por conta da aquisição da participação da Catlog, conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (i).  
(ii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurado na aquisição de controladas, já amortizado na sua totalidade.  
(iii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a diferença de depreciação de bens do ativo imobilizado pela aplicação de taxas de depreciação diferentes para fins fiscais e contábeis.

A segregação do imposto de renda e contribuição social diferidos entre ativo e passivo por empresa está apresentado a seguir:

	Consolidado			
	Em 31 de dezembro de 2022			

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**  
 Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto". Quando deliberadas pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2010, foi aprovada a adoção da política indicativa de distribuição de dividendos da Companhia, para que as futuras distribuições de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio, sejam realizados no mínimo em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado conforme disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, as práticas contábeis brasileiras e as regras da Comissão de Valores Mobiliários. O cálculo dos dividendos referente ao exercício de 2022 e 2021 é assim demonstrado:

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas controladores	159.296	108.093
Reserva legal	(7.965)	(5.405)
Reserva de incentivos fiscais	(21.298)	(15.485)
<b>Base de cálculo</b>	<b>130.033</b>	<b>87.203</b>
<b>Dividendo mínimo obrigatório (25%)</b>	<b>32.508</b>	<b>21.801</b>
Dividendos intercalares pagos	38.883	29.456
Juros sobre capital próprio intercalares pagos	12.740	9.819
Dividendos adicionais propostos	29.672	16.754
Juros sobre capital próprio adicionais propostos	9.891	5.585
<b>91.187</b>	<b>61.614</b>	
<b>Porcentagem sobre a base de cálculo</b>	<b>70%</b>	<b>71%</b>

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2021, foi aprovada a proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que resultou na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio complementares de R\$ 12.541, aos acionistas da Companhia, sendo R\$ 9.406 em dividendos e R\$ 3.135 em juros sobre capital próprio, ambos pagos em 27 de abril de 2021. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de agosto de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 16.618 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 5.539 referente ao exercício de 2021, ambos pagos em 19 de agosto de 2021. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 12.859 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 4.280 referente ao exercício de 2021, ambos pagos em 18 e 19 de novembro de 2021. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2022, foi aprovada a proposta da Administração e destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que resultou na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio complementares de R\$ 22.339, aos acionistas da Companhia, sendo R\$ 16.754 em dividendos e R\$ 5.585 em juros sobre capital próprio, ambos pagos no dia 27 de abril de 2022. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de agosto de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 18.442 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 147 referente ao primeiro semestre do exercício de 2022, ambos pagos em 18 de agosto de 2022. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de novembro de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 20.441 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 5.593 referente ao terceiro trimestre do exercício de 2022, ambos pagos em 18 de novembro de 2022. Em reunião realizada em 9 de março de 2023, os membros do Conselho de Administração da Companhia, manifestaram-se favoravelmente sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e recomendaram sua aprovação à Assembleia Geral da Companhia.

**e. Pagamento baseado em ações:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2011, foi aprovada o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia para executivos da Companhia. As ações objeto do plano deverão ser provenientes:

- Da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração; e/ou,
- Das ações ordinárias mantidas em tesouraria.

Atualmente não há programa de pagamento baseado em ações em aberto.

**f. Passivo atuarial:** Decorre de ganhos e perdas decorrentes de provisão de benefícios pós-emprego. Esse componente é reconhecido como outros resultados abrangentes no grupo de ajustes de avaliação patrimonial.

**20. Informações por segmento de negócio**

**Política contábil:** A Companhia classifica suas análises de negócios em:

- **Logística automotiva:** divisão que realiza transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados, transferências portuárias e gestão de estoques e de pálios de montadoras de veículos e serviços de preparação de veículos para venda, composto pela Controladora e suas Controladas Tegmax, Tech Cargo, TIV, Niyati, Fastline, Catlog, e;
- **Logística integrada:** divisão que realiza operações de transporte, armazenagem e gestão de estoque, para diversos segmentos de mercado como químico, eletrodoméstico e bens de consumo, composta por suas controladas TCE e TLA. A Companhia inaugurou em 2018 a Corporate Venture chamada de TegUp para fins de divulgação consideramos na divisão logística integrada. Segue abaixo resumo das informações por segmento de negócio:

	Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
	Logística automotiva	Logística integrada	Total	Logística automotiva	Logística integrada	Total
<b>Ativo</b>						
Ativo circulante	489.031	63.686	552.717	441.173	66.006	507.179
Ativo não circulante	511.321	47.042	558.363	488.022	51.577	539.599
<b>1.000.352</b>	<b>110.728</b>	<b>1.111.080</b>	<b>927.195</b>	<b>117.583</b>	<b>1.044.778</b>	
<b>Passivo</b>						
Passivo circulante	219.542	20.823	240.365	203.068	16.622	219.730
Passivo não circulante	99.320	4.268	103.588	131.935	11.812	143.747
Patrimônio líquido	681.490	85.637	767.127	592.192	89.109	681.301
<b>1.000.352</b>	<b>110.728</b>	<b>1.111.080</b>	<b>927.195</b>	<b>117.583</b>	<b>1.044.778</b>	
	<b>Consolidado</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>De janeiro a dezembro de 2022</b>			<b>De janeiro a dezembro de 2021</b>		
	Logística automotiva	Logística integrada	Total	Logística automotiva	Logística integrada	Total
Receita líquida dos serviços prestados	1.213.438	157.071	1.370.509	867.559	139.784	1.007.343
Custo dos serviços prestados	(941.963)	(105.268)	(1.047.231)	(677.657)	(95.197)	(772.854)
Despesas operacionais	(78.398)	(11.186)	(89.584)	(72.374)	(8.916)	(81.290)
Despesas com depreciação e amortização (i)	(9.048)	(13.077)	(22.125)	(12.304)	(9.711)	(22.015)
Amortização de direito de uso (ii)	(26.399)	(4.571)	(30.970)	(20.608)	(8.242)	(28.850)
Resultado de equivalência patrimonial	(212)	10.785	10.573	2.705	6.538	9.243
Resultado financeiro	1.972	4.741	6.713	(7.406)	4.383	(3.023)
Imposto de renda e contribuição social	(33.134)	(15.097)	(48.231)	(4.697)	(11.904)	(16.601)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>126.266</b>	<b>33.398</b>	<b>159.664</b>	<b>75.218</b>	<b>32.567</b>	<b>107.785</b>
(i) R\$ 18.283 em 2022 (R\$ 18.414 em 2021) refere-se a parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e R\$ 3.842 em 2022 (R\$ 3.601 em 2021) atribuída a despesas gerais administrativas, totalizando R\$ 22.125 em 2022 (R\$ 22.015 em 2021), conforme nota explicativa nº 22.						
(ii) R\$ 30.316 em 2022 (R\$ 28.137 em 2021) refere-se a parcela da amortização atribuída ao custo dos serviços prestados e R\$ 854 em 2022 (R\$ 713 em 2021) atribuída a despesas gerais administrativas, totalizando R\$ 30.970 em 2022 (R\$ 28.850 em 2021) conforme nota explicativa nº 22.						

As receitas dos 7 maiores clientes representaram aproximadamente 84% do total das receitas em 2022 (75% em 2021). Os serviços prestados pela divisão de logística automotiva e logística integrada são todos para clientes baseados em território nacional.

**21. Receita líquida dos serviços prestados**

**Política contábil:** A Companhia e suas Controladas prestam serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químico e eletrodomésticos. A receita de transporte é reconhecida ao longo do tempo, com base na estimativa da duração do percurso, [proporcionalmente à evolução das viagens]. A receita de armazenagem é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Os preços de serviços são determinados com base em acordos ou conforme contratos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas. A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2021
Serviços logísticos	1.404.806	1.038.276	1.687.357	1.251.437	1.038.276	1.687.357
Serviços de armazenagem	-	-	4.524	2.803	-	-
<b>1.404.806</b>	<b>1.038.276</b>	<b>1.691.881</b>	<b>1.254.240</b>	<b>1.038.276</b>	<b>1.038.276</b>	<b>1.687.357</b>
Descontos, seguros e pedágio	(76.820)	(66.507)	(82.712)	(72.163)	(66.507)	(82.712)
<b>1.327.986</b>	<b>971.769</b>	<b>1.609.169</b>	<b>1.182.077</b>	<b>971.769</b>	<b>971.769</b>	<b>1.609.169</b>
Impostos incidentes	(199.626)	(146.521)	(238.660)	(174.734)	(146.521)	(238.660)
<b>1.128.360</b>	<b>825.248</b>	<b>1.370.509</b>	<b>1.007.343</b>	<b>825.248</b>	<b>825.248</b>	<b>1.370.509</b>

**22. Despesas por função e por natureza**

A reconciliação das despesas por função é a seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2021
Custo dos serviços prestados	(906.495)	(671.728)	(1.095.830)	(819.405)	(671.728)	(1.095.830)
Despesas gerais e administrativas	(80.718)	(75.599)	(82.644)	(76.483)	(75.599)	(82.644)
Despesas comerciais	(515)	(503)	(1.815)	(1.266)	(503)	(1.815)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(215)	(874)	(407)	(1.139)	(874)	(407)
<b>(987.943)</b>	<b>(748.704)</b>	<b>(1.180.516)</b>	<b>(898.293)</b>	<b>(748.704)</b>	<b>(748.704)</b>	<b>(1.180.516)</b>

As despesas são apresentadas nos resultados individuais e consolidados por natureza, conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2021
Serviços de fretes – agregados	(768.309)	(555.261)	(908.122)	(657.749)	(555.261)	(908.122)
Salários	(69.467)	(60.972)	(83.507)	(73.020)	(60.972)	(83.507)
Encargos sociais	(40.848)	(32.969)	(48.479)	(40.520)	(32.969)	(48.479)
Serviços terceirizados (ii) (iii)	(47.262)	(42.166)	(53.377)	(47.474)	(42.166)	(53.377)
Aluguéis e leasing	(5.223)	(2.237)	(6.732)	(2.486)	(2.237)	(6.732)
Depreciação e amortização	(17.081)	(16.699)	(22.125)	(22.015)	(16.699)	(22.125)
Amortização direito de uso	(26.432)	(24.808)	(30.970)	(28.850)	(24.808)	(30.970)
Benefícios a empregados	(20.140)	(17.815)	(25.228)	(22.874)	(17.815)	(25.228)
Custos variáveis	(6.148)	(5.075)	(14.365)	(9.123)	(5.075)	(14.365)
Outros gastos gerais	(12.042)	(9.842)	(15.205)	(11.813)	(9.842)	(15.205)
Manutenção	(16.427)	(13.663)	(23.698)	(19.360)	(13.663)	(23.698)
Combustíveis e lubrificantes	(15.622)	(9.804)	(19.245)	(14.060)	(9.804)	(19.245)
Utilidades	(3.150)	(3.040)	(3.501)	(3.411)	(3.040)	(3.501)
Comunicação	(2.358)	(2.365)	(2.539)	(2.630)	(2.365)	(2.539)
Outros gastos com pessoal	(7.441)	(4.141)	(8.729)	(4.630)	(4.141)	(8.729)
Custos rescisórios	(1.620)	(1.817)	(2.032)	(2.502)	(1.817)	(2.032)
Materiais	(3.383)	(2.024)	(3.616)	(2.220)	(2.024)	(3.616)
Despesa de viagem	(2.766)	(1.150)	(3.019)	(1.195)	(1.150)	(3.019)
Indenização de extrativo	(459)	(1.647)	(459)	(1.646)	(1.647)	(459)

**...continuação**

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021
Contribuições e doações	(725)	(314)	(740)	(321)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(215)	(874)	(407)	(1.139)
Crédito PIS/COFINS	79.175	58.679	94.599	70.545
<b>(987.943)</b>	<b>(748.704)</b>	<b>(1.180.516)</b>	<b>(898.293)</b>	<b>(748.704)</b>

(i) Inclui em 2022, o montante de R\$ 896 referente aos honorários advocatícios sobre a ação de exclusão do ICMS nas apurações de PIS e COFINS, conforme citado na nota explicativa nº 7 item (iii).

(ii) Inclui em 2021, o montante de R\$ 1.159, em 2021, referente a gastos com terceiros durante a avaliação de proposta de combinação de Negócios recebida em julho de 2021.

**23. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021
Créditos extemporâneos (i) (ii)	-	-	9.187	5.732
Recuperação de despesas	1.319	559	1.333	562
Ajustes de estoques	(2)	-	(23)	(17)
(Perda) ganho na venda de ativo imobilizado líquido	(50)	58	(184)	(414)
Baixa direito de uso / arrendamento	-	-	-	3
Constituição de provisões para demandas judiciais e indenizações pagas (iii)	(6.406)	(3.936)	(6.812)	(4.481)
Ganho na compra/venda de participação acionária (iv) (v)	847	-	847	2.592
Outras receitas (despesas) operacionais (vi) (vii)	(248)	5.962	(3.732)	5.139
<b>(4.540)</b>	<b>(748.704)</b>	<b>616</b>	<b>9.116</b>	<b>(748.704)</b>

(i) Em dezembro de 2022 a controlada Catlog Logística de Transportes S.A. registrou um crédito adicional decorrente da diferença entre a metodologia da exclusão do ICMS "destacado" e "efetivamente pago", conforme nota explicativa nº 7 item (iii).

(ii) Em 2021 montante reconhecido na controlada Tegma Cargas Especiais Ltda., conforme nota explicativa nº 7 item (ii).

(iii) Em setembro de 2022, a Companhia realizou uma provisão adicional para contingências judiciais civis relacionada à antiga controlada Direct Express, no montante R\$ 6.845, valor esse incluído no saldo apresentado na nota explicativa nº 16 item (i).

(iv) Resultado na compra da controlada Catlog Logística de Transporte S.A. conforme nota explicativa nº 9 item (ii).

(v) Inclui em 2021, ganho na alienação da participação da controlada TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. na coligada Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A. de R\$ 2.592.

(vi) Inclui em 2022, montante de R\$ 2.883 referente a provisão de pagamento para antigo acionista.

(vii) Em 2021, inclui R\$ 6.527 referente ao ressarcimento em função da modificação de condições de contrato comercial e também recebimento referente ao direito de administração da folha de pagamento dos colaboradores.

**24. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021
Juros ativos (i) (ii)	3.390	857	9.474	4.927
Atualização monetária INSS FAP	626	3.546	1.393	3.546
Receita de aplicação financeira	10.610	7.646	17.632	9.782
Outras	201	4	204	5
<b>14.827</b>	<b>12.053</b>	<b>28.703</b>	<b>18.260</b>	<b>12.053</b>

**Recargas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021
Juros sobre financiamentos bancários	(11.580)	(10.267)	(11.580)	(10.267)
Despesas bancárias	(1.529)	(1.379)	(1.601)	(1.423)
Perdas cambiais	(591)	(38)	(591)	(36)
Juros sobre arrendamento mercantil	(4.665)	(4.568)	(5.252)	(5.021)
Atualização monetária INSS FAP	(626)	(3.546)	(1.393)	(3.546)
Juros passivos	933	(253)	723	(280)
Outras despesas financeiras	(741)	(437)	(2.966)	(719)
<b>(18.899)</b>	<b>(20.488)</b>	<b>(21.990)</b>	<b>(21.283)</b>	<b>(20.488)</b>
<b>(4.072)</b>	<b>(8.435)</b>	<b>6.713</b>	<b>(3.023)</b>	<b>(8.435)</b>

(i) Inclui montante de R\$ 6.174 referente a atualização monetária sobre crédito adicional registrado na controlada Catlog Logística de Transporte S.A., conforme nota explicativa nº 7 item (iii).

(ii) Inclui em 2021, montante de R\$ 3.246 oriundo da atualização monetária do principal do crédito referente à exclusão do ICMS nas apurações de PIS e COFINS na controlada Teg

